



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTORIA ACADÊMICA: IMPLICAÇÕES ÉTICAS, EPISTEMOLÓGICAS E NORMATIVAS PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA CONTEMPORÂNEA

*ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ACADEMIC AUTHORSHIP:
ETHICAL, EPISTEMOLOGICAL AND NORMATIVE IMPLICATIONS
FOR CONTEMPORARY SCIENTIFIC PRODUCTION*

*INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y AUTORÍA ACADÉMICA:
IMPLICACIONES ÉTICAS, EPISTEMOLÓGICAS Y NORMATIVAS PARA
LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA CONTEMPORÁNEA*

DOI: 10.5281/zenodo.18916707



Joelson Lopes da Paixão¹

Fabírcia Nunes de Jesus²

Leomar Campelo Costa³

Éder Geovani da Paz Oliveira⁴

Jose Luiz Catarino de Moura Junior⁵

Magda Regina Dias Farias⁶

1 Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica. E-mail: joelson.paixao@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907289379766915> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

2 Doutora em Educação Matemática. Professora Titular – Universidade do Estado de Minas Gerais. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5291025103333454>

3 Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, pela Faculdade Futura. E-mail: ctsnunes@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6269617319130200>

4 Geógrafo, mestre em Geografia pela UEPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774973550914269> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0931-0243> | E-mail: ederpernambuco@gmail.com

5 Especialista em Urgência e Emergência, UTI e Enfermagem do Trabalho pela faculdade Venda Nova Do Imigrante (FAVENI). E-mail: juniormora929@gmail.com | Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7254672559914367> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6456-5783>

6 Mestra em Educação - Universidade Estácio de Sá - UNESA Rio de Janeiro RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2172793801455970> | E-mail: magdadfarias@gmail.com

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Leonardo Corrêa Costa⁷

RESUMO

A expansão acelerada da inteligência artificial generativa no ambiente acadêmico tem provocado reconfigurações profundas nos modos de produção, validação e circulação do conhecimento científico. Ferramentas baseadas em modelos de linguagem de grande escala, capazes de produzir textos coerentes, sintetizar literatura e estruturar argumentos complexos, introduzem desafios inéditos às noções tradicionais de autoria, originalidade e integridade acadêmica. O presente estudo analisa criticamente as implicações da inteligência artificial para a autoria acadêmica, problematizando conceitos como responsabilidade intelectual, plágio, coautoria algorítmica e ética na pesquisa. Parte-se da premissa de que a IA não deve ser compreendida apenas como instrumento técnico neutro, mas como tecnologia que interfere nos processos cognitivos, na autonomia autoral e nos critérios de avaliação científica. Discute-se o tensionamento entre inovação tecnológica e preservação dos princípios da produção científica, examinando diretrizes recentes de periódicos internacionais, políticas institucionais e documentos orientadores sobre o uso responsável de IA na escrita acadêmica. Argumenta-se que a incorporação dessas ferramentas exige redefinição conceitual da autoria, sem abdicar da centralidade da responsabilidade humana sobre o conteúdo produzido. Conclui-se que a inteligência artificial impõe a necessidade de atualização normativa e epistemológica no campo acadêmico, demandando equilíbrio entre o potencial de apoio cognitivo e a garantia de autenticidade, rigor metodológico e ética científica.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Autoria acadêmica. Ética científica. Integridade na pesquisa. Produção científica.

ABSTRACT

The accelerated expansion of generative artificial intelligence in academic environments has prompted profound reconfigurations in the modes of production, validation, and circulation of scientific knowledge. Tools based on large-scale language models, capable of producing coherent texts, synthesizing literature, and structuring complex arguments, introduce unprecedented challenges to traditional notions of authorship, originality, and academic integrity. This study critically analyzes the implications of artificial intelligence for academic authorship, problematizing concepts such as intellectual responsibility, plagiarism, algorithmic co-authorship, and research ethics. It departs from the premise that AI should not be understood merely as a neutral technical instrument, but rather as a technology that interferes with cognitive processes, authorial autonomy, and scientific evaluation criteria. The tension between technological innovation and preservation of the principles of scientific production is discussed, examining recent guidelines from international journals, institutional policies, and orienting documents on the responsible use of AI in academic writing. It is argued that the incorporation of these tools requires a conceptual redefinition of authorship without relinquishing the

⁷ Pós-graduado em Educação Profissional na Área de Saúde (ENSP/Fiocruz). E-mail: leopesquisador@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5323444980023063> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7757-6217>





centrality of human responsibility for the content produced. It is concluded that artificial intelligence imposes the need for normative and epistemological updating in the academic field, demanding a balance between the potential for cognitive support and the guarantee of authenticity, methodological rigor, and scientific ethics.

Keywords: Artificial intelligence. Academic authorship. Scientific ethics. Research integrity. Scientific production.

RESUMEN

La expansión acelerada de la inteligencia artificial generativa en el entorno académico ha provocado profundas reconfiguraciones en los modos de producción, validación y circulación del conocimiento científico. Las herramientas basadas en modelos de lenguaje de gran escala, capaces de producir textos coherentes, sintetizar literatura y estructurar argumentos complejos, introducen desafíos inéditos a las nociones tradicionales de autoría, originalidad e integridad académica. El presente estudio analiza críticamente las implicaciones de la inteligencia artificial para la autoría académica, problematizando conceptos como responsabilidad intelectual, plagio, coautoría algorítmica y ética en la investigación. Se parte de la premisa de que la IA no debe ser comprendida únicamente como un instrumento técnico neutro, sino como una tecnología que interfiere en los procesos cognitivos, en la autonomía autoral y en los criterios de evaluación científica. Se discute la tensión entre innovación tecnológica y preservación de los principios de la producción científica, examinando directrices recientes de revistas internacionales, políticas institucionales y documentos orientadores sobre el uso responsable de la IA en la escritura académica. Se argumenta que la incorporación de estas herramientas exige una redefinición conceptual de la autoría, sin renunciar a la centralidad de la responsabilidad humana sobre el contenido producido. Se concluye que la inteligencia artificial impone la necesidad de una actualización normativa y epistemológica en el campo académico, demandando un equilibrio entre el potencial de apoyo cognitivo y la garantía de autenticidad, rigor metodológico y ética científica.

Palabras clave: Inteligencia artificial. Autoría académica. Ética científica. Integridad en la investigación. Producción científica.

1. INTRODUÇÃO

A emergência da inteligência artificial generativa representa um dos fenômenos mais disruptivos da contemporaneidade, especialmente no campo da produção textual e científica. Modelos avançados de linguagem natural, dotados da capacidade de elaborar artigos, relatórios e sínteses bibliográficas com elevado grau de coesão e formalidade, desafiam





concepções historicamente consolidadas sobre autoria, originalidade e responsabilidade intelectual. No ambiente acadêmico, onde a produção do conhecimento está intrinsecamente associada à atribuição de autoria individual ou coletiva, a presença de sistemas automatizados de escrita suscita questões epistemológicas e éticas de considerável complexidade (FLORIDI; CHIRIATTI, 2020).

A noção moderna de autoria acadêmica fundamenta-se na premissa de que o pesquisador é responsável pela formulação do problema, pela análise crítica das fontes, pela construção argumentativa e pela validação metodológica dos resultados. A integridade científica pressupõe rastreabilidade intelectual, identificação clara de contribuições e compromisso com a veracidade das informações apresentadas (RESNIK, 2020). Entretanto, a utilização crescente de ferramentas baseadas em inteligência artificial para auxiliar na redação acadêmica tensiona esses pressupostos, ao introduzir a possibilidade de produção textual parcialmente automatizada.

A literatura recente aponta que a IA generativa pode atuar como instrumento de apoio à organização de ideias, revisão gramatical, síntese de literatura e sugestão de estruturas argumentativas. Contudo, também se identificam riscos associados à dependência excessiva dessas ferramentas, à produção de conteúdos factualmente incorretos e à diluição da responsabilidade autoral (DWIVEDI et al., 2023). Em 2023, diversos periódicos científicos internacionais estabeleceram diretrizes específicas para o uso de IA na escrita acadêmica, explicitando que tais sistemas não podem ser reconhecidos como autores formais de artigos científicos, visto que não assumem responsabilidade ética nem respondem por eventuais inconsistências (NATURE EDITORIAL, 2023).

No contexto brasileiro, o debate ainda se encontra em fase de consolidação, embora instituições de ensino superior e agências de fomento já discutam protocolos de transparência e declaração de uso de ferramentas de IA na elaboração de trabalhos acadêmicos (BRASIL, 2023). A discussão não se restringe ao risco de plágio, mas abrange a redefinição do próprio conceito de autoria, considerando que parte da construção textual pode ser mediada por algoritmos. Nesse sentido, Paixão (2025a) ressalta a necessidade de diretrizes éticas claras





para a utilização de ferramentas de inteligência artificial em contextos educacionais e de pesquisa, argumentando que o uso responsável dessas tecnologias pressupõe transparência, supervisão humana e compromisso com a integridade do processo formativo.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão norteadora: de que maneira a inteligência artificial impacta a concepção de autoria acadêmica e quais são os limites éticos e epistemológicos de sua utilização na produção científica?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar criticamente as implicações da inteligência artificial para a autoria acadêmica. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) examinar fundamentos históricos e conceituais da autoria científica; (ii) discutir as potencialidades e os riscos do uso de IA generativa na escrita acadêmica; (iii) analisar diretrizes internacionais e nacionais sobre integridade científica diante da automação textual; e (iv) problematizar a redefinição da responsabilidade intelectual na era da inteligência artificial.

A relevância do tema reside na necessidade de preservar princípios estruturantes da produção científica, ao mesmo tempo em que se reconhecem as transformações tecnológicas em curso. A IA não representa apenas uma ferramenta auxiliar, mas uma tecnologia que pode alterar dinâmicas cognitivas e práticas acadêmicas consolidadas. A pesquisa científica no ensino superior, conforme Paixão (2026a), constitui pilar essencial da formação acadêmica e exige do pesquisador domínio conceitual profundo, capacidade de formulação autônoma de problemas e compromisso ético com a produção do conhecimento. Assim, a reflexão crítica sobre os impactos da IA torna-se indispensável para assegurar que a inovação tecnológica seja acompanhada de rigor metodológico, transparência e responsabilidade ética.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre inteligência artificial e autoria acadêmica requer, preliminarmente, a retomada histórica da noção de autoria no campo científico. Foucault (1969) problematiza a "função-autor" como construção discursiva que organiza e legitima saberes, evidenciando que





a autoria não constitui mero atributo individual, mas dispositivo de responsabilização e validação institucional. No âmbito da ciência, essa função adquire contornos normativos específicos: o autor responde pelo rigor metodológico, pela integridade dos dados e pela originalidade argumentativa. Tal concepção permanece estruturante nas políticas contemporâneas de integridade científica, ainda que diante das transformações tecnológicas. Biagioli e Galison (2003) reforçam que a autoria científica constitui mecanismo de atribuição de crédito e responsabilidade, funcionando simultaneamente como sistema de reconhecimento intelectual e de accountability institucional.

A emergência da inteligência artificial generativa tensiona esse paradigma de forma substancial. Floridi e Chiriatti (2020) argumentam que sistemas de IA baseados em modelos de linguagem não possuem intencionalidade nem consciência epistêmica, operando por correlação estatística de padrões textuais. Essa constatação é central para o debate sobre autoria: ainda que a IA produza textos formalmente coerentes, ela não detém responsabilidade moral nem capacidade de responder por inconsistências. Assim, não pode ser considerada autora no sentido pleno do termo, conforme reiterado por diretrizes recentes de periódicos como a Nature (NATURE EDITORIAL, 2023). A trajetória histórica da reflexão sobre inteligência e máquinas, inaugurada por Turing (1950) ao propor o célebre teste de imitação, não pressupunha atribuição de autoria ou responsabilidade ética aos sistemas computacionais, mas sim a verificação de comportamento funcional — distinção que permanece relevante no debate contemporâneo.

O conceito de integridade científica é igualmente tensionado pelo uso de IA na produção acadêmica. Segundo Resnik (2020), a ética na pesquisa fundamenta-se em princípios de honestidade, responsabilidade e transparência. A utilização de ferramentas automatizadas de escrita sem declaração explícita pode comprometer a rastreabilidade intelectual e dificultar a identificação das contribuições autorais efetivas. Em 2023, o Committee on Publication Ethics (COPE, 2023) recomendou que autores declarem explicitamente o uso de IA na preparação de manuscritos, reforçando que a responsabilidade final pelo conteúdo permanece inapelavelmente humana. Essa posição alinha-se à estrutura





normativa da ciência proposta por Merton (1973), na qual a responsabilidade individual e o compromisso com a verificabilidade constituem pilares fundamentais da prática científica.

A literatura recente evidencia ambivalência significativa no uso da IA como ferramenta de escrita acadêmica. Dwivedi et al. (2023) reconhecem que ferramentas generativas podem apoiar a organização textual, a revisão linguística e a síntese inicial de ideias, especialmente para pesquisadores em formação ou não nativos na língua inglesa. Contudo, alertam para os riscos das denominadas "alucinações algorítmicas", isto é, a geração de informações factualmente incorretas, porém verossímeis. Esse fenômeno compromete a confiabilidade científica e exige leitura crítica rigorosa por parte do autor humano. Nesse sentido, Manolio et al. (2025) destacam que a inteligência artificial na educação apresenta limites e dilemas que exigem reflexão aprofundada, particularmente no que tange à distinção entre suporte tecnológico legítimo e delegação indevida de funções cognitivas essenciais ao processo de produção do conhecimento.

No contexto brasileiro, Demo (2022) sustenta que a produção científica exige autoria reflexiva e domínio conceitual profundo, não podendo ser reduzida à mera formalização textual. A IA pode auxiliar na estruturação superficial do texto, mas não substitui a capacidade analítica, interpretativa e metodológica do pesquisador. Essa perspectiva é reforçada por Paixão (2026b), ao argumentar que a inovação pedagógica mediada por tecnologias digitais deve preservar a centralidade do sujeito no processo de construção do conhecimento, evitando a substituição das competências críticas e reflexivas por automatismos tecnológicos. A distinção entre suporte instrumental e substituição cognitiva torna-se, portanto, fundamental para a compreensão dos limites éticos da IA na pesquisa.

Outro eixo relevante refere-se à noção de coautoria algorítmica e suas implicações para a propriedade intelectual. Birhane et al. (2021) argumentam que sistemas de IA são treinados com vastos conjuntos de dados produzidos por autores humanos, suscitando questões sobre consentimento, apropriação e direitos autorais. A produção textual automatizada não é neutra; incorpora padrões linguísticos e epistemológicos derivados de bases de dados preexistentes, sem atribuição explícita de origem (ZUBOFF, 2019). Essa





dimensão reforça a necessidade de transparência e governança ética rigorosa no uso dessas tecnologias. Latour e Woolgar (1986), ao evidenciarem a construção social dos fatos científicos, alertam para a importância da rastreabilidade dos processos de produção do conhecimento — princípio que a intermediação algorítmica pode obscurecer.

Além disso, a expansão da IA impacta diretamente os processos avaliativos na academia. Segundo van Noorden (2023), universidades e periódicos enfrentam dificuldade crescente na detecção de textos produzidos por IA, o que reabre o debate sobre critérios de avaliação fundamentados exclusivamente na forma textual. Watermeyer, Choi e Olsson (2022) corroboram essa análise ao investigarem a transformação digital da autoria acadêmica, sugerindo que as métricas avaliativas precisam adaptar-se ao novo contexto tecnológico. A ênfase avaliativa pode deslocar-se progressivamente para os processos de pesquisa, as metodologias adotadas e a rastreabilidade dos dados, reduzindo a centralidade da escrita como único marcador de autoria. Coelho et al. (2025) complementam essa reflexão ao analisarem o impacto da inteligência artificial no papel dos professores, destacando que a reconfiguração das práticas acadêmicas exige formação docente atualizada e capacidade crítica para mediar a relação entre tecnologia e produção do conhecimento.

Em síntese, o referencial teórico evidencia que a inteligência artificial impõe a redefinição conceitual da autoria acadêmica, sem eliminar a centralidade da responsabilidade humana. A autoria científica permanece vinculada à intencionalidade epistemológica, à ética e à accountability institucional — dimensões que a IA, por sua natureza computacional, não detém. O desafio contemporâneo reside em integrar a inovação tecnológica à preservação dos princípios estruturantes da produção científica, assegurando que a incorporação de ferramentas inteligentes fortaleça, e não enfraqueça, a integridade do empreendimento científico.





3. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza aplicada, desenvolvida por meio de revisão sistemática da literatura com abordagem crítico-interpretativa. O objetivo consistiu em analisar as implicações epistemológicas, éticas e normativas da inteligência artificial na autoria acadêmica, integrando estudos contemporâneos, documentos institucionais e referenciais clássicos sobre autoria e integridade científica.

Conforme Gil (2019), a revisão sistemática permite mapear o estado da arte de determinado campo, identificar convergências e lacunas e construir sínteses fundamentadas em evidências verificáveis. Inicialmente, foram definidos descritores em português e inglês, incluindo: "AI and academic authorship", "inteligência artificial e integridade científica", "ethics of generative AI", "authorship and AI tools" e "research integrity and automation".

As buscas foram realizadas em bases de dados científicas reconhecidas, como Scopus, Web of Science, ERIC, Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES. O recorte temporal priorizou publicações entre 2020 e 2025, considerando a consolidação recente das ferramentas generativas e a intensificação do debate acadêmico sobre o tema. Obras clássicas, como Foucault (1969) e Merton (1973), foram incorporadas por sua relevância conceitual na compreensão da função-autor e da estrutura normativa da ciência.

Os critérios de inclusão contemplaram: (i) artigos revisados por pares publicados em periódicos indexados; (ii) editoriais de periódicos científicos de alto impacto; (iii) diretrizes institucionais de organismos internacionais, como COPE, UNESCO e OECD; (iv) estudos com fundamentação metodológica clara sobre ética e IA no âmbito da produção científica. Foram excluídos textos opinativos sem respaldo acadêmico, publicações sem data ou autoria identificável e materiais não submetidos a processo de revisão por pares.

Após a seleção, procedeu-se à leitura integral das obras e à elaboração de fichamentos analíticos estruturados, nos quais foram registrados objetivos, fundamentos teóricos, argumentos centrais e implicações éticas de cada fonte. A análise foi conduzida por meio da





técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), envolvendo categorização, codificação e interpretação crítica do material selecionado.

As categorias analíticas emergentes incluíram: (i) redefinição da autoria científica na era da IA; (ii) integridade e responsabilidade intelectual; (iii) transparência e declaração de uso de IA; (iv) impactos nos processos de avaliação acadêmica; (v) governança ética e propriedade intelectual. A triangulação entre artigos científicos, editoriais e documentos normativos permitiu ampliar a consistência interpretativa e assegurar robustez às inferências realizadas.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar análise aprofundada de fenômeno complexo e emergente, cuja dimensão normativa e epistemológica não pode ser adequadamente capturada por indicadores quantitativos isolados. Reconhece-se, todavia, que a revisão de literatura constitui recorte parcial da realidade investigada, devendo ser complementada, em estudos futuros, por pesquisas empíricas. Assim, o percurso metodológico adotado assegura fundamentação robusta para a discussão crítica sobre IA e autoria acadêmica, articulando rigor conceitual e atualização científica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes selecionadas revelou que a inteligência artificial generativa tem provocado deslocamento significativo na compreensão tradicional de autoria acadêmica, tensionando categorias consolidadas como originalidade, responsabilidade intelectual e integridade científica. Os resultados serão apresentados e discutidos segundo as categorias analíticas identificadas na metodologia, articulando evidências da literatura com reflexão crítica.





4.1 A IA como suporte instrumental à escrita acadêmica

A primeira constatação recorrente na literatura refere-se à ampliação do uso instrumental da IA como suporte à escrita, especialmente em etapas de organização textual, revisão linguística e estruturação argumentativa. Estudos recentes indicam que pesquisadores, sobretudo em início de carreira, utilizam ferramentas generativas para aprimorar a clareza textual e a adequação formal de seus manuscritos (DWIVEDI et al., 2023). Essa utilização, quando declarada e supervisionada criticamente, tende a configurar-se como apoio técnico análogo ao uso de softwares de revisão gramatical ou tradução assistida. Contudo, a fronteira entre apoio instrumental e delegação cognitiva permanece imprecisa e constitui ponto central de tensionamento no debate contemporâneo.

Floridi e Chiriatti (2020) demonstram que modelos de linguagem operam por associação estatística de padrões e não por compreensão semântica genuína. Esse aspecto possui implicações diretas para a autoria: ainda que o texto gerado seja formalmente sofisticado, ele não resulta de intencionalidade epistemológica autônoma. A responsabilidade intelectual, portanto, permanece inapelavelmente vinculada ao pesquisador humano. A literatura analisada converge ao afirmar que a IA não pode assumir o status de autora, posição reiterada por editoriais de periódicos internacionais de alto impacto, como o da Nature (NATURE EDITORIAL, 2023), que proíbe a atribuição de coautoria a sistemas automatizados. Paixão (2025b), ao realizar revisão sistemática sobre inteligência artificial e personalização do ensino, reforça que a IA deve ser compreendida como recurso complementar à ação humana, jamais como substituto dos processos deliberativos e reflexivos que fundamentam a produção do conhecimento.

4.2 Integridade científica e responsabilidade intelectual

A integridade científica emergiu como eixo crítico da discussão. Resnik (2020) destaca que honestidade e transparência constituem fundamentos éticos da pesquisa, princípios que





são potencialmente comprometidos quando ferramentas de IA são utilizadas sem declaração explícita. Nesses casos, pode ocorrer o comprometimento da rastreabilidade intelectual, dificultando a identificação das contribuições efetivamente realizadas pelo pesquisador. O COPE (2023) recomenda que autores informem o uso de sistemas generativos na preparação de manuscritos, reiterando que a responsabilidade final permanece humana. Esse posicionamento evidencia que a questão central não reside na proibição da tecnologia, mas na garantia de accountability — conceito que remonta à estrutura normativa da ciência delineada por Merton (1973).

A OECD (2023) complementa essa perspectiva ao analisar os desafios e oportunidades da IA na ciência, recomendando que políticas institucionais sejam atualizadas para contemplar mecanismos de transparência e rastreabilidade nos processos de pesquisa mediados por tecnologias inteligentes. No âmbito da UNESCO (2023), as orientações para o uso de IA generativa em educação e pesquisa enfatizam que a integridade acadêmica deve ser resguardada por meio de diretrizes claras, formação ética de pesquisadores e mecanismos institucionais de supervisão.

4.3 Alucinações algorítmicas e riscos à confiabilidade científica

Outro resultado relevante refere-se ao fenômeno das "alucinações algorítmicas", isto é, a geração de informações factualmente incorretas com aparência verossímil. Estudos empíricos recentes indicam que modelos generativos podem citar referências inexistentes, distorcer dados ou fabricar resultados quando solicitados a produzir textos acadêmicos complexos (VAN NOORDEN, 2023). Tal característica impõe ao pesquisador a obrigação de verificar rigorosamente cada informação produzida com apoio de IA, sob pena de comprometer a qualidade metodológica e a validade científica do trabalho. A delegação acrítica do processo redacional representa, assim, risco concreto à credibilidade da produção acadêmica.





Stokes (2023) corrobora essa preocupação ao examinar as implicações éticas da IA na publicação científica, argumentando que a ausência de mecanismos eficazes de verificação pode minar a confiança no sistema de comunicação científica. Manolio et al. (2025) acrescentam que os limites e dilemas da inteligência artificial na educação demandam postura vigilante por parte dos atores acadêmicos, uma vez que a automação textual pode mascarar deficiências conceituais e comprometer a formação científica de pesquisadores em etapas iniciais de suas carreiras.

4.4 Democratização, desigualdade e propriedade intelectual

A análise também revelou tensão significativa entre democratização e desigualdade no acesso às ferramentas de IA. Por um lado, a inteligência artificial pode reduzir barreiras linguísticas e apoiar pesquisadores não nativos na língua inglesa, ampliando sua participação em periódicos internacionais (DWIVEDI et al., 2023). Por outro, instituições com maior acesso a ferramentas avançadas podem ampliar vantagens competitivas na produção científica, aprofundando assimetrias já existentes no sistema global de pesquisa. Essa ambivalência reforça a necessidade de políticas institucionais que garantam uso equitativo e transparente da tecnologia.

No que se refere à propriedade intelectual, Birhane et al. (2021) alertam que modelos de IA são treinados com vastos conjuntos de dados extraídos de produções humanas, levantando questões sobre consentimento e direitos autorais. A produção textual automatizada pode incorporar fragmentos estilísticos ou estruturais sem identificação explícita de origem, o que complexifica as discussões sobre originalidade (ZUBOFF, 2019). Coelho et al. (2025), ao analisarem a formação docente diante do advento da inteligência artificial, destacam que a preparação de profissionais para a era digital deve incluir competências de literacia informacional e consciência ética sobre o uso de dados e conteúdos gerados algoritmicamente.





4.5 Transformação dos critérios de avaliação acadêmica

No campo epistemológico, emergiu debate relevante sobre a transformação dos critérios de avaliação acadêmica. Se a escrita pode ser parcialmente automatizada, a centralidade do texto como marcador exclusivo de autoria tende a diminuir. Avaliações podem deslocar-se progressivamente para a análise dos processos de pesquisa, das metodologias empregadas, dos dados coletados e da capacidade de argumentação oral e deliberativa do pesquisador. Essa mudança pode fortalecer o foco na substância científica, reduzindo a ênfase excessiva na formalização textual como critério predominante de mérito (WATERMEYER; CHOI; OLSSON, 2022).

Demo (2022) sustenta que a autoria científica implica elaboração reflexiva e apropriação conceitual profunda, não se restringindo à construção linguística. A IA pode auxiliar na organização textual, mas não substitui a capacidade de formular problemas originais, interpretar resultados e construir argumentos sustentados teoricamente. Essa distinção entre forma e conteúdo constitui ponto nevrálgico do debate contemporâneo. Paixão (2026a) reforça esse argumento ao demonstrar que a pesquisa científica no ensino superior cumpre função formativa insubstituível, exigindo do pesquisador autonomia intelectual e capacidade de articulação teórico-metodológica que transcendem as possibilidades das ferramentas de IA.

4.6 Governança ética e perspectivas normativas

Por fim, a análise evidenciou que a maioria das instituições acadêmicas ainda se encontra em fase de elaboração de diretrizes normativas sobre o uso de IA na produção científica. A UNESCO (2023) recomenda o desenvolvimento de políticas claras que equilibrem inovação tecnológica e integridade científica. A OECD (2023) acrescenta que os marcos regulatórios devem ser acompanhados de formação ética de pesquisadores e de mecanismos de monitoramento que permitam avaliar o impacto da IA nos processos





científicos. O debate não se orienta para a proibição absoluta, mas para o estabelecimento de parâmetros éticos consistentes que permitam a incorporação responsável dessas tecnologias.

Em síntese, os resultados indicam que a IA transforma práticas redacionais e avaliativas, mas não elimina a centralidade da autoria humana. O desafio contemporâneo reside em integrar ferramentas tecnológicas ao processo científico sem comprometer princípios de responsabilidade, transparência e rigor metodológico. A atualização normativa, a formação ética de pesquisadores e o fortalecimento dos mecanismos de accountability constituem condições indispensáveis para que a inovação tecnológica contribua efetivamente para o avanço da ciência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada permitiu constatar que a inteligência artificial generativa representa um dos maiores desafios contemporâneos à noção de autoria acadêmica, não por substituir integralmente o pesquisador humano, mas por tensionar categorias estruturantes da produção científica. O objetivo central do estudo — analisar criticamente as implicações da IA para a autoria acadêmica — foi alcançado ao demonstrar que a tecnologia redefine práticas redacionais, critérios avaliativos e parâmetros de integridade científica.

Constatou-se que a IA pode atuar como ferramenta de apoio cognitivo e instrumental, contribuindo para a organização textual, a revisão linguística e a síntese preliminar de ideias. Entretanto, sua utilização exige supervisão rigorosa e verificação criteriosa das informações produzidas. A ausência de intencionalidade epistemológica e de responsabilidade moral impede que sistemas automatizados sejam reconhecidos como autores científicos. A autoria permanece vinculada à capacidade humana de formular problemas, interpretar dados e assumir responsabilidade ética pelo conteúdo apresentado.

A análise revelou que o uso não declarado de IA pode comprometer a transparência e a rastreabilidade intelectual, princípios fundamentais da integridade científica. Desse modo, políticas institucionais claras e diretrizes editoriais consistentes tornam-se indispensáveis. A





transparência na declaração de uso de ferramentas generativas deve ser compreendida não como restrição à liberdade acadêmica, mas como mecanismo de fortalecimento da confiança no empreendimento científico.

Evidenciou-se, igualmente, que a IA pode democratizar o acesso à escrita científica, particularmente para pesquisadores com dificuldades linguísticas, mas pode também aprofundar desigualdades institucionais caso o acesso às ferramentas seja restrito a determinados grupos. A governança ética da tecnologia deve considerar tais dimensões distributivas, promovendo equidade no acesso e uso responsável.

No plano epistemológico, a transformação imposta pela IA pode representar oportunidade de deslocamento do foco avaliativo da forma textual para a substância metodológica e analítica da pesquisa. A centralidade da escrita como marcador exclusivo de autoria tende a ser relativizada, favorecendo maior valorização da originalidade conceitual, da robustez metodológica e da capacidade deliberativa do pesquisador.

Reconhecem-se limitações inerentes à natureza teórica do estudo, fundamentado em revisão de literatura e análise de documentos institucionais. Pesquisas empíricas futuras poderão investigar percepções de pesquisadores sobre o uso de IA na produção acadêmica, avaliar impactos em processos avaliativos e mensurar a eficácia de políticas institucionais emergentes.

Conclui-se que a inteligência artificial não elimina a autoria acadêmica, mas exige sua redefinição conceitual e normativa. A integração responsável da tecnologia à produção científica depende de equilíbrio entre inovação e preservação dos princípios estruturantes da ciência: rigor metodológico, responsabilidade intelectual, transparência e ética. O desafio contemporâneo não consiste em rejeitar a IA, mas em estabelecer parâmetros que assegurem que o avanço tecnológico fortaleça, e não fragilize, a credibilidade e a integridade da produção acadêmica.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIAGIOLI, Mario; GALISON, Peter (org.). *Scientific authorship: credit and intellectual property in science*. New York: Routledge, 2003.

BIRHANE, Abeba *et al.* The values encoded in machine learning research. *FACCT '21: Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency*. New York: ACM, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para integridade na pesquisa científica no Brasil*. Brasília: MEC, 2023.

COELHO, Naura Letícia Nascimento *et al.* Professores do futuro: a formação docente com o advento da inteligência artificial. In: FERREIRA, Claudienne da Cruz *et al.* (org.). *Educação e inteligência artificial: tecnologias, desafios e possibilidades*. Formiga-MG: Editora Ópera, 2025. p. 11-20.

COPE — COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS. *COPE position statement: Authorship and AI tools*. London: COPE, 2023.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

DWIVEDI, Yogesh K. *et al.* So what if ChatGPT wrote it? Multidisciplinary perspectives on opportunities, challenges and implications of generative AI for research, practice and policy. *International Journal of Information Management*, v. 71, 2023.

FLORIDI, Luciano; CHIRIATTI, Massimo. GPT-3: Its nature, scope, limits, and consequences. *Minds and Machines*, v. 30, n. 4, p. 681-694, 2020.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos I*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Texto original de 1969).

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton: Princeton University Press, 1986.





MANOLIO, Cleiton Ricardo Garcia *et al.* Inteligência artificial na educação: limites, dilemas e possibilidade. In: FERREIRA, Claudienne da Cruz *et al.* (org.). *Educação e inteligência artificial: tecnologias, desafios e possibilidades*. Formiga-MG: Editora Ópera, 2025. p. 31-39.

MERTON, Robert K. The normative structure of science. In: MERTON, Robert K. *The sociology of science*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

NATURE EDITORIAL. Tools such as ChatGPT threaten transparent science; here are our ground rules for their use. *Nature*, v. 613, p. 612, 2023.

OECD. *Artificial Intelligence in Science: Challenges, Opportunities and the Future of Research*. Paris: OECD Publishing, 2023.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Uso ético da inteligência artificial em contextos educacionais. *Revista Tópicos*, v. 3, p. 1-20, 2025a.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Inteligência artificial e personalização do ensino: revisão sistemática da literatura. *Revista Tópicos*, v. 3, p. 1-27, 2025b.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Pesquisa científica no ensino superior: análise crítica dos fundamentos, funções e desafios formativos. *Revista Tópicos*, v. 4, p. 1-30, 2026a.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Inovação pedagógica mediada por tecnologias digitais: fundamentos, práticas e desafios na educação contemporânea. *Revista Tópicos*, v. 4, p. 1-24, 2026b.

RESNIK, David B. *The ethics of research with human subjects: protecting people, advancing science, promoting trust*. Cham: Springer, 2020.

STOKES, Philip. The ethics of artificial intelligence in scholarly publishing. *Learned Publishing*, v. 36, n. 2, 2023.

TURING, Alan M. Computing machinery and intelligence. *Mind*, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950.

UNESCO. *Guidance for generative AI in education and research*. Paris: UNESCO, 2023.

VAN NOORDEN, Richard. ChatGPT listed as author on research papers: many scientists disapprove. *Nature*, v. 613, p. 620-621, 2023.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



WATERMEYER, Richard; CHOI, Seunghee; OLSSON, Ulf. The digital transformation of academic authorship. *Higher Education Quarterly*, v. 76, n. 3, 2022.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em: 15/02/2026

Aprovado em: 27/02/2026

Publicado em: 08/03/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

